

A LEGALIZAÇÃO DA INFORMALIDADE: UM OUTRO OLHAR SOBRE O MERCADO POPULAR DA URUGUAIANA

Ana Clara M. C. B. Pinto

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Programa de Educação Tutorial – PET Geografia
E-mail: ac_mp@yahoo.com.br

Resumo

O Mercado Popular da Uruguaiana, popularmente conhecido como Camelódromo e localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, é um espaço construído pelo Estado, onde camelôs legalizados exercem essa atividade informal, porém, enquadrados em algumas normas pré-estabelecidas, e com hierarquia particular entre as diversas funções exercidas pelos trabalhadores. Observamos a legitimação desse território como um reflexo local de opções feitas nos níveis político e econômico, em diversas escalas de poder (entre o local e o global), e das transformações tecnológicas e do trabalho. As particularidades relativas à sua configuração, estrutura e funcionamento se apresentam favorecendo a reprodução e manutenção da lógica e do sistema capitalista.

Palavras – Chave: Camelódromo, Informalidade, Estado.

Introdução

O nosso objetivo é observar a categoria analítica trabalho informal, na perspectiva das diversas relações e formas que ele se apresenta nesse território singular, como o Estado, ator preponderante para configuração e vida desse lugar, atua em suas relações e a reestruturação espacial resultante da vivência no território. Não desconsideramos ilegalidade e suas complexas relações existentes no lugar estudado, contudo essa perspectiva não está presente neste trabalho.

A informalidade tornou-se uma palavra comum por sua atividade estar cada vez mais presente no cotidiano. Ela tem sido na maioria das vezes, a única alternativa de trabalho para a maioria da população do Brasil, já que as tendências para o mercado de trabalho são o crescimento do setor terciário, a ampliação do trabalho autônomo, o crescimento do trabalho das populações marginalizadas (como o emprego feminino), a queda do setor primário e a queda no número de assalariados (FALCÃO; 1997, p. 30). Uma das mais

comuns formas de informalidade é o vendedor ambulante, também conhecido de camelô, por encontrar facilidade de entrada nesse ramo e normalmente trabalhar por conta própria, como uma alternativa à sociedade e ao sistema capitalista atual, que o inclui precariamente, seja pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho e em pela baixa remuneração das atividades no mercado formal.

O crescimento do trabalho informal é consequência das opções feitas pelo governo, a partir três décadas atrás, em relação à economia e, conseqüentemente, ao emprego, obtendo o resultado de redução de postos no mercado de trabalho. É importante esclarecer que foram reduzidos postos de trabalho formal, mas as ocupações continuam a existir e até a se expandir, fato resultante de flexibilização do trabalho e da adoção das diversas práticas de terceirização formal e informal. Atualmente, de acordo com FALCÃO (1997, p. 48), vivemos um período de reafirmação do modelo capitalista de produção, sendo este modelo o que impõe ao Estado e ao espaço as diversas e contínuas remodelações, que permitem a sua continua expansão. A ação do Estado, por sua constituição, é diversa, chegando a certos momentos a ser contraditória, na medida em que constrói um espaço simultaneamente fragmentado e articulado. Essa ampliação da exclusão econômica e social nos obriga o repensar o conceito tradicional de emprego, com horário, carteira, direitos e, talvez, um futuro previsível.

O capitalismo contemporâneo, conforme a configuração em que vem se apresentando nas ultimas décadas, intensificou a sua lógica destrutiva, e dentro de um contexto de crise estrutural mostra algumas tendências como o padrão taylorista e fordista que estão sendo modificados e substituídos pela flexibilização e pelo toyotismo. O Estado de Bem Estar Social vem sendo desestruturado através da (des)regulação neoliberal, privatizante e anti-social, promovendo duras conseqüências através do aumento da competitividade e a concorrência intercapitais, interempresas e interpotências políticas do capital (ANTUNES, 2004, p. 175). De acordo com DOWBOR (2001, p.10), o processo de avanço tecnológico sem as devidas transformações institucionais, acarreta uma nova hierarquização do trabalho característica do subdesenvolvimento tecnificado. Conforme o mesmo autor (2001, p. 11),

No topo da pirâmide, o emprego nobre no setor formal, com salários relativamente elevados e normas de trabalho, relativamente respeitada, mas envolvendo um segmento minoritário da população, tanto em volume como em termos de distribuição por

país. Mais abaixo, o conjunto de atividades terceirizadas mais ou menos instáveis, onde a precariedade leva a uma grande insegurança, e gera um volume elevado de pequenas e médias empresas de elevadíssima taxa de mortalidade. Em torno desse espaço formal, desenvolve-se um amplo sistema de economia informal, que hoje ocupa frequentemente em terço da totalidade de mão-de-obra, e onde os níveis salariais, respeito a normas de trabalho e preservação ambiental são cada vez mais baixos. Finalmente, uma massa hoje muito significativa da mão-de-obra opta pela economia ilegal, ou subterrânea desarticulando e desagregando rapidamente a sociedade, como tem sido constatado por exemplo desde as favelas do Rio de Janeiro até a produção popular de coca na Colômbia.

Toda a dinâmica apresentada acima e desenvolvida em todo trabalho é resultante de uma série de intervenções em diversos níveis, como o político e o econômico, articulando escalas que vão do global, passando pelo nacional e chegando ao local. Observamos o Mercado Popular da Uruguaiana como um exemplo local dessas variadas intervenções uma resposta a essas influências que atingem todos os espaços de forma diferenciada, resultando em conseqüências particulares.

Os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste trabalho estruturam-se a partir de levantamento bibliográfico, trabalhos de campo para observação e para entrevistas informais, devido à dificuldade de obter informações formalmente, resultante do medo de repressões.

Breve histórico da precarização do trabalho: A informalidade

De acordo com PIQUET (1993, p.09), a década de 1970, no Brasil, foi um período em que nos encontrávamos em uma “ilha de prosperidade”, onde a economia caminhava em “marcha forçada”, vivendo um “sonho e fracasso”. Havia os grandes projetos do próprio setor produtivo estatal como, por exemplo, planos siderúrgicos, os projetos hidrelétricos e de telecomunicações. Esses programas de investimentos articularam-se a importantes segmentos do capital estrangeiro na área de material elétrico e de bens de capital, e às grandes empresas brasileiras de construção civil pesada.

Os novos setores implantados apresentavam uma lógica de localização espacial diversa daquelas que até então haviam liderado nosso processo de industrialização. Tal fato leva à elaboração de um discurso político que apresenta como necessidade imperiosa a “integração nacional” e a “desconcentração industrial” quando, na verdade, os setores do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) buscavam viabilizar as novas metas setoriais programadas. Este direcionamento, designado por alguns autores como um processo de “substituição de exportações” não resultou, entretanto, de uma política deliberada de inserção do país, de forma mais efetiva e dinâmica, no mercado internacional. O alargamento da base técnica produtiva de fato não incorporou ao mercado parcela expressiva da população nem se fez acompanhar de uma melhoria na distribuição da renda interna, uma vez que os aumentos de produtividade serviram antes à ampliação das margens de lucro, não se traduzindo em melhorias salariais ou na queda dos preços (PIQUET, 1993, p. 16).

Nos anos 1980, o endividamento externo, a elevação das taxas de juros de empréstimos internacionais e as conseqüentes políticas decorrentes destes fatores levaram, conforme DRUCK (1999, p.106), ao encolhimento do mercado interno e à busca por melhores posições no mercado externo, exigindo novos padrões tecnológicos e organizacionais. Houve uma maior procura por trabalhadores mais qualificados e uma maior estabilidade da força de trabalho. Também ressurgem as organizações tipo comissões de fábrica, limitando até o poder dos supervisores, ao mesmo tempo em que os programas de qualidade obtêm considerável êxito. Há mudanças nas relações entre as gerências e os trabalhadores, com uma maior negociação entre ambos. Resumidamente, para responder à crise econômica dentro de um processo de abertura política, com a emergência das mobilizações operárias, difundem-se, no interior das unidades produtivas, diferentes formas de gestão do trabalho (CCQ¹, *kamban*, *just-in-time*², etc.), ao mesmo tempo em que se intensifica a introdução de novas tecnologias. Estas mudanças respondem, também, às exigências de um novo padrão de concorrência, num período de reordenação dos novos mercados no plano internacional e a entrada das novas práticas japonesas na economia e na política nacional. Nos anos 1990, quando a crise econômica e a abertura do mercado coincidiram, a indústria metropolitana foi posta sob dupla pressão de uma demanda em queda livre e a competição

¹ Os CCQs são formados por grupos de trabalhadores que se reúnem (teoricamente de maneira voluntária) para discutir e buscar soluções para os problemas da produção (NAVARRO, 2004, p. 84)

² Sistemas de organização e gestão do trabalho: *just-in-time* – produzir no tempo certo, na quantidade exata, com uma quantidade de trabalho certa; *kamban* – sistema de informações dos vários estágios da produção e de estoques (DRUK, 1999, P.93)

dos importados. No período de 1990/93, 260mil pessoas perderam seus empregos ou ocupações na indústria. Em termos de tendências gerais, as atividades antes compreendidas como industriais foram passando para a categoria “serviços à empresa” ou “serviços à produção”, englobando empresas que desenvolvem tarefas complementares à produção de bens. Assim, grandes empresas e indústrias têm eliminado mais empregos do que ocupações, já que passaram a transformar uma parcela de seus empregados em fornecedores autônomos de serviços, com a correspondente queda nos registros do emprego formal (PIQUET, 1999, p.139).

Ainda de acordo com DRUCK (1999, p.102), a abertura da economia, com a redução de alíquotas de importações, exigiram mudanças organizacionais para enfrentar a competitividade e a política recessiva colocada em prática pelo governo, no início da década de 1990, a fim de combater o processo crônico de inflação no país foram os condicionantes para determinar a nova política da qualidade (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade³ - PBQP). Justificativas do governo para implemeta-lo, apoiaram-se no elevado grau de desperdício nos processos de produção, a necessidade de um novo patamar de competitividade como consequência da entrada do país na economia internacional e a busca por produtividade que exige mudanças na estrutura produtiva.

Essas novas práticas de gestão assumem, na ultima década, um caráter “epidêmico”, com a rápida generalização de todas as atividades da economia, na produção industrial, nos serviços, no comercio, em empresas de todos os portes. No caso da terceirização, além dessa rápida e ampla difusão, há uma mudança no tipo de atividade terceirizada, atingindo não somente as áreas consideradas periféricas (alimentação, limpeza etc.) como, também, as centrais (produção, operação etc.). Como resultado destas práticas percebe-se o fenômeno do desemprego ressurgindo e atingindo todos os níveis de trabalhado, a forte redução do emprego industrial e daqueles com carteira assinada (DRUCK, 1999, p. 105).

Com o grande número de trabalhadores sem emprego e precisando de dinheiro para a manutenção da vida, observa-se a expansão dos camelôs por todo o país, mais fortemente nos grandes centros urbanos, como um tipo de ocupação que permite a inserção precária na lógica capitalista contribuindo, ao mesmo tempo, para que o piso salarial seja calculado por baixo, porque ao vender produtos de preço inferior ao das lojas, permite ao trabalhador

³ Política econômica colocada em prática pelo governo Collor, revertida num dis curso sobre a necessidade de modernização do país, se enquadrava no projeto neoliberal já em curso mundialmente, sobretudo na políticas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo banco Mundial (DRUK, 1999, P. 103).

adquirir outros bens, mesmo com os baixos rendimentos recebidos. Assim, essa crescente atividade contribui para a reprodução econômica e das atividades na lógica vigente do capitalismo.

O trabalho precarizado e a informalidade

Para diferenciar o termo economia formal da economia informal, utilizamos a definição de BAGNASCO (1997, p.15):

O termo “economia formal” pode ser usado para definir os processos de produção e trocas de bens e serviços regulados pelo mercado e tipicamente realizados por empresas comerciais orientadas pelo lucro, agindo em conformidade com as leis comerciais, fiscais e trabalhistas. “Economia informal” pode, assim, referir-se a todos aqueles processos de produção e troca que, de algum modo, deixam de se conformar com os aspectos distintivos descritos acima.

O setor informal foi visto como uma resposta imediata às distorções desenvolvidas pelo Estado e como um setor de microempresas configurando uma utilização dos recursos e com possibilidades claras de mobilizar a poupança interna, dentro de um contexto de crise financeira de política de endividamento, de esfriamento dos aparelhos produtivos, e de rigidez das economias administrativas (HUGON, 1997, p. 35). Esse setor em foco é estruturado a partir da pequena produção comercial, que pode ser definida, conforme HUGON (1997, p. 41), como unidades em pequena escala onde o trabalho assalariado está ausente (ou limitado), onde o capital aplicado é pequeno, mas onde há, entretanto, circulação monetária e produção de bens e de serviços onerosos. As regras dominantes são não contratuais, mas habituais, hierárquicas, afetivas etc, levando à relações particulares que estabelecem certas atividades com as normas de comportamento dos atores, com as relações sociais institucionalizadas, com os modos de regulação do sistema e com as relações de apropriação.

De acordo com o autor citado acima, as lógicas sociais em ação no informal mostram as práticas do paternalismo, do clientelismo, da redistribuição, dos laços afetivos de proximidade, que não são redutíveis às coordenações mercantis e às racionalidades individuais. Os produtores, numa previsão otimista para a dinâmica seqüencial, contudo,

elaboram previsões pessimistas para o futuro; com isso, oferecem garantias reduzidas em relação à manutenção dos capitais que os mantêm. Escolhem o curto prazo, o que gera a oportunidade de um maior número de futuras alternativas em relação ao não aprisionamento das decisões do investimento físico. Todavia, as regras são analisadas como contratos; as unidades de decisão, por exemplo as empresas, podem ser definidas como organizações ou laços de contrato.

O Mercado Popular da Uruguaiana

Como alternativa para o crescente índice do trabalho informal e muitas vezes ilegal, no início da década de 1990, o governo do Estado do Rio de Janeiro, durante o mandato do governador Leonel Brizola, inaugurou alguns Camelódromos - mercados populares - pela cidade. O Mercado Popular da Uruguaiana foi inaugurado pelo Prefeito César Maia, durante o seu primeiro mandato, com grande alvoroço e esperança nessa alternativa. No entanto, os camelôs cariocas atingiram o auge de sua organização exatamente na década de 90 e estavam muito fortes. César Maia fez grande alvoroço na inauguração desse espaço, mas depois o deixou de lado. Não há qualquer política pública praticada ali, o que acaba criando uma competição e exploração do local. Tornou-se um lugar onde se pode comprar tudo, desde guarda-chuvas até computadores de última geração, por exemplo. É como se fosse um “shopping center” embora não tendo sido assim concebido e totalmente esquecido pelo governo.

Os camelódromos são espaços construídos pelo Estado, em locais determinados e estruturados, a fim de organizar e de regulamentar a desordenada e crescente atividade de vendedor ambulante. A organização dos vendedores e estrutura do local foi estruturada em quadras A, B e C, em ruas com formato de tabuleiro de xadrez dividindo o espaço em diversas cabines, também numeradas e registradas. Ao mesmo tempo, foi exigida uma série de comprovações das pessoas que se candidataram a uma vaga, como um mínimo de tempo desempregado. Dentro dessa estrutura formalizada, o vendedor adquiriu uma espécie de contrato de trabalho que os obriga a trabalhar de segunda a sábado em horário determinado (de por volta das 8hrs as 19hrs, sendo até as 16hrs aos sábados), a permanecer trabalhando em local fixo, podendo escolher, somente, os produtos que vai comercializar, sendo penalizado com a perda da sua licença de trabalho, caso tais regras não sejam cumpridas. Todos esses fatores são controlados, no caso do camelódromo estudado, pela

associação de camelôs do Mercado Popular da Uruguaiana, presente no local desde sua inauguração.

Com todas essas exigências, o trabalhador perde um pouco da sua autonomia que possuía anteriormente à regulação, como as opções de escolha do local de trabalho, a hora e os dias da semana que vai trabalhar gerando, assim, uma grande distância entre os camelôs legalizados e os ilegais. O que realmente se configura é uma relação de trabalho com o Estado, mesmo ele estando invisível, onde o trabalhador tem uma série de deveres e nenhuma forma de benefício trabalhista. A única garantia que o camelô pode adquirir é por conta própria, se contribuir para a previdência social, como autônomo.

Grande parte das pessoas que trabalha no camelódromo é empregada dos licenciados que são os donos das cabines, gerando diversas formas de trabalho informal. Esses trabalhos se configuram desde chamaris de clientes na rua, passando por busca de produtos em estoques, técnico de aparelhos eletrônicos, cabeleireiro, cozinheiro, até simples vendedor.

As formas de remuneração são tão distintas quanto às formas de trabalho, não havendo uma homogeneidade de cabine para cabine nem nos mesmos cargos. Através de entrevistas informais, os trabalhadores relataram que há duas formas de pagamento mais comum: por dia e por produto vendido, entretanto, o pagamento pode ser recebido por dia, por semana ou por mês. Há em alguns raros casos quem trabalhe com salário fixo, mas sem nenhuma garantia trabalhista. Grande parte dos trabalhadores empregados tem vínculo familiar ou de amizade com o dono da cabine ou com outro trabalhador do local sendo, na maioria das vezes, indicado para o emprego. O empregado não tem nenhuma garantia de trabalho tendo que conviver com a insegurança e com a contínua e crescente concorrência.

Em um passado próximo, a atividade de camelô sofria preconceito e era uma alternativa para complemento de renda familiar. Atualmente, como consequência das modificações no mercado de trabalho encontra-se, com facilidade, pessoas com nível superior, com alto nível de especialização e com dezenas de anos com carteira assinada. Essas pessoas recorrem a essa atividade como busca de alguma renda, e como saída para o desemprego, já que não exige nenhum pré-requisito para exercê-la. Com a presente dificuldade de trabalho, não existe, tão visivelmente, o preconceito a essa atividade, que vem crescendo a cada dia. Atualmente, qualquer trabalho, com qualquer remuneração e em qualquer condição, tem sido visto como digno, já que é melhor alguma forma de renda do que nenhuma.

Mesmo o espaço sendo do Estado, ele não regula nem tem nenhuma forma de controle sobre as relações encontradas. Essa indiferença parece até ser proposital pois o que importa é menos gente sem trabalho e não a forma e as condições das atividades realizadas. Se não regula as atividades e relações presentes no camelódromo, entretanto, torna-se um agente de sua territorialização.

O camelódromo e os dois circuitos da economia urbana

Milton Santos desenvolveu a teoria dos dois circuitos da economia urbana em meados da década de 1970, buscando fazer uma abordagem mais realista e dinâmica para a classificação e divisão da economia urbana nos países chamados subdesenvolvidos. Essa teoria é resultante da seletividade do espaço no nível econômico e social, onde se criam dois circuitos responsáveis pelo processo econômico e pela organização do espaço, e cada circuito constitui um subsistema urbano com suas zonas de influência. Isso ocorre porque os componentes do espaço são iguais em todo mundo e formam um ciclo no tempo, mas variam qualitativamente e quantitativamente como também em suas combinações, dependendo sempre do lugar, conforme expressa o autor (2004, p.32),

Todo espaço conhece assim uma evolução própria, resultado de uma conjunção de forças externas pertencentes a um sistema cujo centro se encontra nos países - pólos e de forças já existentes nesse espaço. Resulta daí a diversidade das condições para cada lugar.

Os países chamados de Terceiro Mundo se caracterizam por uma história espacial seletiva e isso gera em sua organização, desequilíbrios e a multipolarização (submetido e pressionado por diversas influências e polarizações de diferentes níveis de decisão). Outra marca desses países é a diferença de renda na sociedade, distinguindo-se dos denominados nos países desenvolvidos.

O período atual se difere na história pelo peso da tecnologia. A difusão da informação e do consumo, que é fator fundamental de transformação do espaço, da economia e da sociedade expandiu-se, em diferentes escalas, pelos países. Entretanto, essas modernizações nos países subdesenvolvidos geram poucos empregos, tanto na indústria como na agricultura. Isso resulta em diferenças quantitativas e qualitativas no consumo, e essas diferenças são a causa e o efeito da criação e manutenção dos dois circuitos de produção, de distribuição e de consumo dos bens e serviços. Essa modernização

tecnológica, de acordo com SANTOS (2004, p. 38) vem resultando numa modificação na estrutura de emprego, o que vem causando uma deterioração do mercado de trabalho e uma redução da parcela da população em condições de usufruir dos benefícios gerados pela modernização.

Um dos dois circuitos é resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas com um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes das atividades a ele ligado.

Cada circuito se define pelo conjunto das atividades realizadas em certo contexto e o setor da população que a ele se liga, essencialmente pela atividade e pelo consumo. As diferenças fundamentais entre as atividades são as distintas tecnologias e as diversas formas de organização. A população não está confinada a um ou outro circuito, podendo circular entre os dois circuitos (através do consumo e do trabalho). As classes de poder aquisitivo mais baixo consomem bens do circuito superior, sendo este consumo parcial e esporádico. As classes sociais mais altas, que consomem os produtos modernos, também vão às feiras livres e ao comércio ambulante, mesmo que isso seja ocasionalmente. Esse movimento entre os dois circuitos também ocorre em relação ao trabalho, onde um indivíduo do circuito inferior e do superior podem transitar livremente entre os dois circuitos da economia urbana.

SANTOS (2004, p. 22) ao separar a economia urbana em dois circuitos: o circuito superior e o circuito inferior, não estabelecem pares antagônicos: tradicional/moderno e/ou formal e informal, porque no circuito superior é possível encontrar atividades informais, e, como dito anteriormente, ambos são frutos do mesmo processo de modernização. Os dois circuitos não são diferentes, serão interna e externamente desiguais, porém, organicamente interligados.

O circuito superior é resultado diretamente da modernização tecnológica, e como não está atrelado à cidade e as relações locais, atua diretamente dentro de um nível de país e até países. Tem a sua área de influência e de ação a nível global, sem perder o controle, sem deixar de influenciar e de controlar a economia local, que é dependente da economia global. Este grupo tem acesso às mercadorias e serviços devido ao nível de renda. Este

circuito inclui, também, os bancos, comércio de exportação e importação, indústria moderna urbana, comércio e serviços modernos, bem como o comércio atacadista e transporte, que são os elementos de ligação entre os dois circuitos (FALCÃO, 1997, p.43). O circuito inferior é oriundo também do processo de modernização, mas não tem acesso aos bens e serviços, mesmo tendo as mesmas necessidades, devido ao acesso raro ou insuficiente renda, resultando em diferenças de consumo. No entanto, ele tem algum tipo de consumo moderno mas esse ocorre é esporadicamente. É importante destacar que o circuito inferior é diferente do informal, pois tem uma organização, leis e evolução próprias. Este mesmo circuito é formado pelo comércio atacadista de bens manufaturados, de capital não-intensivo e dos serviços não-modernos, que incluem também atividades informais como o comércio ambulante (FALCAO, 1997, p. 43).

Existem outros elementos e características que diferenciam o circuito superior e inferior da economia urbana, além do consumo, da tecnologia e organização, que podem ser observados nos quadros 1 e 2 elaborados por FALCÃO (1997, p. 46), segundo SANTOS (1979).

Quadro 1 – Elementos dos dois circuitos da economia urbana:

CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
Bancos, comércio, indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transporte.	Fabricação de capital não intensivo, serviços não modernos, comércio não moderno e de pequena escala.

Fonte: Elaborado a partir de Santos, Milton 1979.

Quadro 2 – Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos:

	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organizações	Burocráticas	Primitivas
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não - obrigatório
Estoques	Grande quantidade e alta qualidade	Pequena quantidade e qualidade inferior

Preços	Fixos (em geral)	Submetidos a discussão entre comprador e vendedor
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não-institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade	Elevada por unidade
Relações com a clientela	Impessoal	Diretas personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização de bens	Nula	Frequente
<i>Overhead</i> de capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: elaborado a partir de Santo, Milton 1979.

O camelódromo da Uruguaiana configura claramente o circuito inferior pela sua lógica informal, mercado alternativo - popular, de uso de mão - de - obra intensiva, a classe consumidora predominante no consumo entre outros fatores que englobam todas as características apresentadas no circuito inferior, no quadro acima. No entanto, podem ser observadas, também, características do circuito superior a partir de sua concepção e regularização pelo Estado, nas regras estabelecidas para o vendedor conseguir a licença e para manter – se trabalhando na cabine.

Outras características também indicam tal presença como uma intensa quantidade e diversidade de produtos, como diversos aparelhos eletrônicos, incluindo desde telefones celulares e tênis mais modernos, passando por aparelhos de som de todos os tipos, até vídeo games de última geração, câmeras fotográficas com tecnologia moderna, aparelhos de dvd e televisões para carro. É encontrada também, uma varia da gama de serviços que perpassam pelos mais rudimentares, como salão de beleza, até os mais especializados e modernos, como os serviços de assistência técnica que trabalham com todos os tipos de aparelhos eletrônicos. Entretanto, é importante ressaltar, que a maioria desses produtos é ilegal por ser falsificado, roubado e/ou não pagar impostos.

Assim, esse território singular mescla elementos tanto do circuito superior quanto do circuito inferior, não apresentando somente, atividades do circuito inferior e a interdependência apresentada na relação os dois circuitos, estando o circuito superior com

uma presença mais reduzida. Contudo, o camelódromo, com as atividades e na estrutura que apresenta, continua pertencendo ao circuito inferior.

O Estado e a Informalidade

Conforme a dinâmica tecnológica tem caminhado, criando um novo referencial para o trabalho e mudando as relações técnicas e sociais de reprodução, apenas tentar frear todo esse movimento observado não é o suficiente, principalmente num país em desenvolvimento que tem poucas possibilidades de alterar o referencial externo. De acordo com DOWBOR (2001, p. 20) o que seria possível é promover uma maneira de organizar o desenvolvimento e a entrada das técnicas e tecnologias no país, utilizando, por exemplo, políticas diferenciadas e alinhadas com as condições dos diversos setores e dos variados patamares tecnológicos de produção, conforme nos esclarece abaixo (idem, 2001, p. 19),

 Não existe nenhuma tendência espontânea no sentido do reequilíbrio social. Os segmentos mais frágeis da sociedade são empurrados para uma situação cada vez mais catastrófica, enquanto segmentos minoritários optam por diversos tipos de corporativismo, que pode ser encontrado na classe dos advogados, dos economistas, dos jornalistas, dos políticos, políticos, formando casulos inseguros, mas confortáveis. Com a exclusão de grande massa numa ponta, e a formação de rígidas defesas de outra, a sociedade perde simplesmente a capacidade de mudança, que é o que mais se necessita frente às transformações em curso. Assim as mudanças tecnológicas ficam cada vez mais divorciadas dos processos políticos e sociais.

Uma outra alternativa razoável para esses problemas relacionados ao mercado de trabalho e a sua mão-de-obra, e que já foi implementada na França, é a redução da jornada de trabalho elevando de forma generalizada a demanda de trabalhadores, alterando assim também as relações de poder na sociedade(DOWBOR, 2001, p. 38).

O mesmo autor, também destaca, que é preciso repensar, de maneira ampla, a função do trabalhador autônomo, do auto-empregado e do setor informal. Uma melhor regulação destes segmentos poderia permitir um resgate, pelo trabalhador, da sua própria iniciativa.

As relações de trabalho devem ser pensadas para utilizar as novas técnicas ao seu favor, para seu melhor aproveitamento e rendimento.

O Mercado Popular da Uruguaiana deve ser percebido como uma resultante local de todo um processo de reestruturação e, principalmente, das opções políticas tanto a nível nacional como local (municipal). A sua implementação foi uma alternativa encontrada pelo poder público para a crescente taxa de desemprego e de entrada de trabalhadores na economia informal, diante da intensa ocupação dos logradouros públicos por vendedores ambulantes, principalmente nos locais mais movimentados de toda a cidade.

Entretanto, o Estado poderia ter estabelecido regras para as relações existentes dentro do camelódromo, como: estabelecer quem deveria trabalhar nas cabines é quem recebesse a licença e/ou controlar, de forma eficaz, e com punições rigorosas quem trabalhasse com produtos falsificados, já que há uma série de regras a serem cumpridas para a manutenção e o funcionamento do camelódromo. Nas entrelinhas, o Estado utiliza essas precárias formas de inserção no mercado de trabalho como uma alternativa para que ocorra uma redução de mão-de-obra ociosa. A precarização da força de trabalho e do próprio trabalho apresenta-se tão presente na sociedade atual que fica evidente a ausência do poder público para garantir a qualidade do trabalho e legalidade das relações estabelecidas no local estudado. Não podemos esquecer que os produtos falsificados, mesmo sendo ilegais, movimentam muito dinheiro para a economia e no setor formal como um todo. Essa é, inclusive, uma das principais formas de ligação e interdependência entre os dois circuitos da economia urbana, de Milton Santos (2004), trabalhados anteriormente.

Bibliografia:

ANTUNES, Ricardo. A crise contemporânea e as metamorfoses no mundo do mundo do trabalho. In: *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, Campinas, SP. Editora da UNICAMP, p. 175-191, 2000.

BAGNASCO, Arnaldo. A economia informal. In: *Ensaio FEE*; v.18, n.2. Porto Alegre, p. 13-31, 1997.

DOWBOR, Ladislau. *O que acontece com o trabalho?* (Documento preliminar para discussão). São Paulo, Agosto, p. 01-46, 2001. Retirado do Site: www.dowbor.org/, Acessado em 15/11/2005.

- DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização (dês)fordizando a fabrica. Um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo, Bom Tempo Editorial, p. 90-157, 1999.
- HUGON, Philippe. O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho. In: *Ensaio FEE*; v.18, n.2. Porto Alegre, p. 32–63, 1997.
- NAVARRO, Vera Lúcia. A reestruturação produtiva na indústria de calçados de couro em Franca (SP). In: ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria A. Moares. *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão popular, p. 79-152, 2004.
- PIQUET, Rosélia. A resposta brasileira à crise. In: *Reestruturação do espaço regional e urbano no Brasil. O papel do estado e dos grandes investimentos*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, p. 09–30, 1993.
- PIQUET, Rosélia. O parque industrial metropolitano do Rio de Janeiro ganha novo perfil e emprega menos. In: *Rio de Janeiro - Perfis de uma metrópole em mutação*. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, p. 119–144, 1999.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido - Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2ª Edição. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, p. 11-68, 2004.